

Uma arma do Congresso contra o governo

Jamil Bittar — 8/3/95

■ Ministros vivem tendo de se explicar aos parlamentares

CESAR BORGES

BRASÍLIA — Em apenas sete meses, os parlamentares formularam ao Executivo 1.221 Requerimentos de Informação (RI) — o mais recente mecanismo de pressão política sobre o governo. Criado pela Constituição de 1988, o RI (como é chamado no Congresso) tem de ser respondido em 30 dias, sob pena de crime de responsabilidade. Como é um mecanismo formal de consulta, pode fornecer subsídios para a elaboração de leis ou prova de atos administrativos.

“Acho que faz parte do trabalho do servidor público prestar esclarecimentos de seus atos ao Congresso”, disse ao **JORNAL DO BRASIL**, conformationado, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, destinatário de 300 dos requerimentos enviados este ano ao governo. Tido como o *ministério do não*, que guarda a chave dos cofres do Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda virou alvo das dúvidas sobre as medidas de ajuste do Plano Real e as operações que envolvem recursos públicos. “Isso faz parte do jogo democrático, mas algumas dessas consultas poderiam ser esclarecidas com um telefonema ou uma visita, pois as respostas aos requerimentos provocam desvio operacional de servidores, já que a demanda sobre o tempo é enorme”, diz o ministro, que em sua retarguarda já conta com quase cem funcionários dedicados a analisar e encaminhar as respostas aos parlamentares.

Influentes parlamentares nunca usaram os RIs — como Delfim Netto (PPB-SP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), por exemplo. Francisco Dornelles e Roberto Campos, do PPB do Rio, apenas uma vez.

É como mecanismo de fiscalização do



Malan foi convocado 20 vezes só este ano: “Jamais me furtarei a comparecer”

Executivo que o Requerimento de Informação ganhou a simpatia de parlamentares de todas as tendências. “Mesmo que a resposta do governo resulte apenas em notícias nos jornais, já é positivo, porque mostra que o Parlamento está atento ao que o governo faz, e o governo sabe que não pode errar, porque a opinião pública vai ficar sabendo”, afirma o deputado Robson Tuma (PL-SP).

Pioneiro — O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pioneiro nos requerimentos, ensina que o pedido de informação “é eficaz”, mas deve ser complementado pelo Requerimento de Convocação e as consultas ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), onde ficam as informações sobre os recursos públi-

cos. E ainda o Sistema de Informação do Banco Central (Sisbacen), que reúne normas do banco e dados de operações financeiras. O PT é o partido que mais usa o RI. Mas o campeão desta legislatura é aliado do governo: o paulista Cunha Bueno (PPB) está beirando os 100 RIs.

O Ministério da Fazenda tem conseguido responder em tempo a todos. Os que envolvem informações sigilosas (51) provocam reações: o deputado Celso Russomano (PSDB-SP), da Comissão de Defesa do Consumidor, chegou a ameaçar Malan com um processo por crime de responsabilidade, porque o ministro se recusou a enviar guias irregulares de importação de automóveis. Malan se manteve firme, e o deputado recuou.

17 SET 1995

JORNAL DO BRASIL